

## OS TRÊS MOMENTOS DE HÉLIO JAGUARIBE

Luiz Carlos Bresser-Pereira

In Alberto Venâncio Filho, Israel Klabin e Vicente Barreto, orgs. *Estudos em Homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000, p.237-246.

Se quisermos compreender a obra extensa e polivalente de Hélio Jaguaribe será importante pensá-la como partindo de um homem que une uma imensa capacidade de formulação teórica a um compromisso permanente com a prática social e política. Hélio Jaguaribe não é um intelectual puro, perdido em suas teorias, nem um político com capacidade de pensar intelectualmente. Ele é antes de mais nada um intelectual, um cientista e um teórico político, mas é um intelectual sempre comprometido com seu tempo e seu povo. A partir desse pressuposto procurarei neste breve ensaio compreender sua obra no quadro da evolução política e econômica do Brasil nestes últimos cinquenta anos. Evolução da qual Hélio foi ao mesmo tempo analista abrangente e ator apaixonado.

Mas, além de inseri-la no contexto histórico recente, seria possível pensar em um esquema mais geral que nos ajudasse a compreender a obra de Hélio Jaguaribe? Em seu ensaio sobre o experimento democrático na história, de 1985, podemos encontrar uma pista. Nele nosso autor afirma que o regime democrático contém três elementos: o povo, a liberdade e a igualdade. Não creio que seria infiel a ele se acrescentasse que um desses três elementos – o povo - é o ator que tem como seus objetivos políticos alcançar e garantir os outros dois: a liberdade e a igualdade. No regime democrático a liberdade e a igualdade existem para o povo, que adicionalmente busca um terceiro objetivo: o bem-estar.

Juntando estes três objetivos com o compromisso de Hélio Jaguaribe com o Brasil, posso distinguir três momentos em sua obra: o momento do desenvolvimento ou da busca do bem-estar, quando, nos anos 40 e 50, a industrialização era o grande desafio do país; o momento da democracia ou da liberdade, quando, nos anos 70 e primeira metade dos anos 80, a redemocratização do país, após o golpe de Estado de 1964, se torna a meta principal a ser atingida; e o momento da social-democracia ou da igualdade, quando, a partir da segunda metade dos anos 80, recuperada a liberdade, coloca-se o problema da igualdade não apenas jurídica mas real, ou seja, o da construção de uma sociedade mais justa, ou, no mínimo, menos injusta.

Talvez se possa falar em um quarto momento – o do desencanto – quando se torna claro, nos anos 90, que a democracia não assegura necessariamente nem a igualdade nem o desenvolvimento. Mas Hélio jamais se desencanta, jamais desanima. Ele pode, no máximo, voltar-se para a teoria, aprofundar-se na história dos regimes políticos, como fez nos últimos anos, mas sempre com uma crença inabalável que as boas idéias e as virtudes cívicas movem o mundo e o tornam melhor. Talvez não tão depressa como ele gostaria, certamente passando por crises terríveis que ele não hesita em predizer e alertar na busca de evitá-las. Mas afinal ele está seguro que caminhamos na direção de um país mais próspero, mais livre e mais igual.

Na continuidade deste artigo vou examinar estes três momentos, sem a pretensão de esgotar cada um deles, mas apenas sublinhando como Hélio, em cada momento, dedicou-se por inteiro à tarefa de ajudar a pensar e a construir o seu país.

## O Momento do Desenvolvimento

Este é o momento do grupo de Itatiaia, dos *Cadernos do Nosso Tempo*, e do ISEB. Foi o momento em que conheci Hélio Jaguaribe, lendo sua análise sobre a sucessão presidencial brasileira em 1955 e, alguns meses depois, a análise das perspectivas do governo Kubitschek.<sup>1</sup> Esses trabalhos marcaram minha vida: estava completando o terceiro ano de Direito e decidi, então, desistir de ser um juiz de direito para ser “economista ou um sociólogo do desenvolvimento”. Na verdade, o pensamento do Grupo de Itatiaia, que teve como outras figuras centrais Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Cândido Mendes e Álvaro Vieira Pinto, marcou o pensamento brasileiro. O que Jaguaribe e seus amigos nos apresentavam era uma grande e otimista visão do desenvolvimento brasileiro, a partir de uma aliança de classes voltada para a industrialização do país. Esta aliança, este “pacto nacional-burguês”, teria a burguesia industrial e os trabalhadores como atores fundamentais, enquanto os adversários seriam a oligarquia agrário-exportadora e o imperialismo. A leitura mais atenta dos trabalhos, entretanto, deixava claro que a liderança estratégica da aliança caberia à nova tecnocracia estatal que então se formava, enquanto a liderança política

---

<sup>1</sup> - Jaguaribe (1955, 1956). Os cinco números dos *Cadernos do Nosso Tempo* foram publicados sob a direção de Hélio Jaguaribe, entre 1953 e 1956, pelo IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – uma organização não estatal criada para expressar o pensamento do Grupo de Itatiaia. Com a constituição nesse ano, dentro do aparelho do Estado, do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros – a revista foi suspensa, e os trabalhos do grupo passaram a ser editados pelo próprio ISEB. No número de 1956 dos *Cadernos* foi também publicado o estudo “Para uma Política de Desenvolvimento Nacional” (IBESP, 1956), cuja redação coube principalmente a Jaguaribe. Esse estudo sintetiza a visão e a proposta do grupo de Itatiaia.

permanecia com os setores ligados ao latifúndio “substituidor de importações”, que tinham em Getúlio Vargas seu representante mais ilustre, na verdade o líder político da aliança.

O projeto de Jaguaribe e do seu grupo, entretanto, não era apenas o da industrialização, mas o da criação de um Estado nacional, de forma a superar a situação “semicolonial” a que o país estava submetido desde sempre, não obstante a independência política de 1822. A visão faseológica da história brasileira era clara para eles: até 1822, fase colonial; de 1822 a 1930, fase semicolonial, caracterizada pelo mimetismo cultural e a subordinação às economias centrais; e fase da transição para o desenvolvimento, a partir da Revolução de 1930. Nesse momento o Estado deixava de ser cartorial, a serviço, simplesmente, das classes médias urbanas agregadas ao latifúndio, para ser um instrumento ativo do desenvolvimento. E o empresariado industrial assumia um papel central, ao lado da tecnocracia estatal, na promoção desse desenvolvimento.

Havia contradições. Como nos dirá Hélio, a principal estava no fato de o nacionalismo brasileiro pretender promover o desenvolvimento nacional, preservando, simultaneamente, o clientelismo e o Estado cartorial.<sup>2</sup> Mas o momento era de industrialização, de construção do Estado nacional, de otimismo, em que as contradições, inclusive as de classe, ficavam em segundo plano, diante de um processo de desenvolvimento que não era uma promessa, mas uma realidade. Um otimismo que não se limitava ao Brasil – a humanidade havia atingido um estágio no qual “pela primeira vez o homem alcançou plena consciência do próprio processo histórico”.<sup>3</sup> Um otimismo que se expressava através de um nacionalismo “integrador”, das nações que estão em processo de afirmação, ao invés do nacionalismo imperialista das nações com seus Estados já plenamente formados. Um otimismo que criticava o “cosmopolitismo” das velhas elites alienadas brasileiras e via no nacionalismo integrador a ideologia para unificar a nação em torno de um projeto nacional de desenvolvimento. Segundo Jaguaribe (1958: 65):

Somente, portanto, uma ideologia global de nacionalismo, tendo como fim o desenvolvimento econômico e social, pode enquadrar, em função de tal fim, os interesses situacionais de todas as classes, e conduzir à liderança, no âmbito de cada uma delas, seus setores produtivos.

Esta interpretação nacional-desenvolvimentista do Brasil, que teve em Hélio provavelmente seu analista e defensor mais articulado, marcou indelevelmente o pensamento brasileiro. Participaram dessas idéias, às quais aderi com entusiasmo, além de seus companheiros do ISEB, outros grandes intelectuais, principalmente

---

<sup>2</sup> - Jaguaribe (1958: 44).

<sup>3</sup> - Jaguaribe (1958: 51).

Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Maria da Conceição Tavares, Wanderley Guilherme dos Santos, Simon Schwartzman e Antônio Barros de Castro.<sup>4</sup>

As críticas à interpretação nacional-desenvolvimentistas ou nacional-burguesa do Brasil não tardaram. Esse grande modelo explicava a história brasileira e dava sentido à ação política de um grande número de pessoas, desde empresários até trabalhadores, desde tecnocratas até militantes da esquerda, e lograva ainda envolver os grupos mais modernos da velha oligarquia latifundiária. Havia, nele, portanto, um componente ideológico que não passaria em branco. Em um primeiro momento, quando Hélio publica seu livro *O Nacionalismo na Realidade Brasileira* (1958), temos uma cisão dentro do próprio Grupo de Itatiaia, em que os nacionalistas mais exaltados acusarão Jaguaribe de trair a causa do nacionalismo.

A segunda crítica, que é mais de esquerda do que nacionalista, ocorrerá nos anos 60, após 1964. Uma parte importante da esquerda derrotada em 1964 vai procurar os “culpados” entre aqueles que apoiaram o pacto político entre as esquerdas burocráticas e os empresários industriais. O ensaio brilhante e influente de Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira* (1965) irá orientar toda uma série de trabalhos críticos da visão nacional-burguesa, constituindo uma interpretação equivocada e ressentida, que tenho chamado de “interpretação funcional-capitalista”, da realidade brasileira. Quando ocorreu o golpe militar, a esquerda, que havia participado da aliança política com a burguesia industrial, sentiu-se traída. E diante dessa traição, não bastava apenas culpar o adversário externo, a própria burguesia, mas aqueles intelectuais que, dentro da esquerda, haviam formulado a “interpretação nacional-burguesa” e apoiado o pacto populista nacional-desenvolvimentista, que prevaleceu entre 1930 e 1960 sob a liderança de Getúlio Vargas: os intelectuais do Partido Comunista, do ISEB, e também da CEPAL. É esta a tese central do ensaio de Caio Prado, Jr.. Como o grande historiador havia sido comunista, seu alvo fundamental é o próprio partido. Seu objetivo é claro: criticar a tese de uma aliança com a burguesia, a partir da negação de que essa burguesia tivesse qualquer caráter “nacional”, e que de alguma forma se distinguisse da burguesia ou oligarquia agrário-mercantil. Através dessa estratégia era possível a Prado Jr. negar a própria existência do pacto populista nacional-desenvolvimentista - o pacto que, entre a Revolução de 1930 e a derrota do candidato do PSD (Partido Social-Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), gen. Henrique Teixeira Lott, em 1960, uniu em torno do projeto de industrialização empresários industriais, trabalhadores, classes médias tecnocráticas e a parte da oligarquia que Ignácio Rangel (1980) chamou de “substituidora de importações”.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> - Para uma avaliação do próprio Hélio de sua participação no ISEB ver Jaguaribe (1979).

<sup>5</sup> - Rangel observa que a Revolução de 1930 chefiada por Getúlio Vargas foi produto de um movimento à frente do qual "encontravam-se - como hoje sabemos e como poucos o suspeitávamos então - duas forças muito díspares, mas idênticas num ponto, a saber: o latifúndio substituidor de importações (principalmente

Na verdade, o livro de Hélio de 1958 já era uma resposta antecipada a essas críticas. Hélio já estava, implicitamente, reconhecendo ser necessário rever o modelo político que ele e seus companheiros do Grupo de Itatiaia haviam elaborado. Uma das idéias básicas dessa interpretação, que lhe assegurava o caráter nacionalista, era afirmar que as potências estrangeiras seriam contra a industrialização. Isto havia sido em grande parte verdade até a Grande Depressão dos anos 30, que marcou o colapso do liberalismo econômico novecentista. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial e especificamente, no caso do Brasil, a partir dos anos 50, a situação muda. Diante da política protecionista de substituição de importações em que o país estava engajado desde os anos 30, as empresas multinacionais não terão outra alternativa para evitar a perda do mercado brasileiro senão passar a investir em fábricas no país. É isto o que Hélio reconhece, de forma pioneira, em seu livro. Para ele, o nacionalismo é um meio para alcançar o desenvolvimento e não um fim em si mesmo, ao contrário do que muitos dos seus colegas do ISEB pensavam. Por isso, quando verifica que as empresas multinacionais estavam investindo na indústria, lhes dá as boas vindas, faz a sua defesa.

Ao analisar este fato novo – a participação das empresas multinacionais no processo brasileiro de industrialização – Hélio não abandonava sua análise anterior do pacto nacional-burguês, mas deixava implícito que era preciso reexaminá-lo. Fiz esse reexame ao identificar os fatos novos que haviam, a partir de meados dos anos 50, tornado superada a interpretação nacional-burguesa: a consolidação da industrialização brasileira e o enfraquecimento relativo da agricultura exportadora, a entrada em massa de empresas industriais multinacionais substituindo importações e a consolidação da proteção à produção local através da lei de tarifas de 1958, e o recrudescimento do movimento sindical e a revolução de Cuba em 1959. Estes três pares de fatos históricos novos eliminavam a oposição imperialismo-industrialização e dificultavam a aliança burguesia industrial-esquerda-trabalhadores.<sup>6</sup> A crise econômica de 1960-1964 dará um golpe final no pacto político de Vargas, que Hélio analisara de forma tão brilhante nos anos 50, abrindo espaço para o golpe militar de 1964.

---

gaúcho) e a indústria substituidora de importações (principalmente paulista)" (1980: 47, grifos do autor).

<sup>6</sup> Estes três pares de fatos novos foram por mim analisados em Bresser-Pereira (1963). As idéias já haviam sido escritas em carta pessoal a Luiz Antônio de Almeida Eça sobre o colapso do pacto político de Vargas e o sentido das eleições de 1960, em dezembro de 1960. No final do meu artigo de 1963, saliento a radicalização política por parte da esquerda que ocorre naqueles anos, sepultando de vez o pacto político nacional-burguês:

## O Momento Democrático

Tivemos, a partir de 1964, vinte anos de regime autoritário. Hélio, como membro fundador do ISEB, foi vítima de inquéritos militares, e passou longos anos no exterior, ensinando em diversas universidades. Mas quando, a partir do final dos anos 70, começaram a surgir condições para a restauração democrática, Hélio participou ativamente do processo de luta pela democracia. Sua produção intelectual sobre o tema, entretanto, não é extensa, concentrando-se no livro *Brasil, Sociedade Democrática* (1985), resultado de uma pesquisa que conta também com a participação de Francisco Iglesias, Wanderley Guilherme dos Santos, Vamireh Chacon e Fábio Comparato (1985). Embora se trate de um livro de ensaios, foi um trabalho de equipe, realizado entre junho de 1983 e agosto de 1984. Hélio encarregou-se do primeiro ensaio, “O Experimento Democrático na História”, e das “Considerações Finais”.

O primeiro ensaio é de caráter teórico e histórico, o segundo preocupa-se fundamentalmente com as instituições necessárias para a nova democracia que estava para nascer. Em nenhum deles Hélio analisa o próprio processo de redemocratização, o pacto político entre as esquerdas, as classes médias profissionais, os trabalhadores e a burguesia industrial, que se formou a partir de 1977, quando o último grupo começou a romper sua aliança com os militares, estabelecida em 1964.<sup>7</sup> Este foi o fato novo que, após o “Pacote de Abril”, permitiu a formação de um pacto político muito semelhante àquele que Hélio analisara e propusera no início dos anos 50. Agora, entretanto, o objeto da aliança informal não era a industrialização, mas o retorno à democracia.

Por que Hélio não se interessou por esse tipo de análise? É difícil saber. Talvez o mais fácil seria perguntar-lhe. Mas quero sugerir uma hipótese. A violência das críticas que sofreu por ter identificado e analisado o pacto populista a partir da constatação da existência de uma burguesia nacional deve tê-lo atingido muito fortemente. Ele jamais afirmou que essa burguesia era plenamente nacional. Afinal, toda a sua análise do caráter transplantado, mimético, da cultural brasileira, era contraditória com uma conclusão dessa natureza. Mas isto não impediu seus críticos de o acusarem desse pecado. Quando, quinze anos depois, novamente um pacto político, unindo a esquerda e os empresários, se formava, Hélio preferiu deixar o problema de lado. Preferiu, em seus ensaios, pensar nas reformas institucionais que a nova democracia que estava para nascer exigiria.

## O Momento Social-Democrático

Restaurada a democracia, Hélio pôs-se em campo para pensar o novo Brasil que estava nascendo. O problema agora, para ele, não era mais o da

---

<sup>7</sup> Examinei esse fenômeno principalmente no livro *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978).

industrialização. Essa havia ocorrido. Era mais uma vez o desenvolvimento, que será sempre central em seu trabalho e sua vida, mas um desenvolvimento que também precisava ser social. O desenvolvimento ocorrera no período autoritário, mas fora um desenvolvimento injusto, que agravara ainda mais a concentração de renda. O problema, agora, não era apenas o de continuar o desenvolvimento, mas de fazê-lo de forma a elevar os padrões de vida da população de forma efetiva e sustentada. No livro que organizara anteriormente, coubera a Wanderley Guilherme dos Santos (1985) fazer a análise da concentração de renda, da degradação social e da burocratização da sociedade brasileira entre 1960 e 1980. Cabia, agora, aprofundar o diagnóstico e encontrar as soluções.

Associado novamente a Wanderley Guilherme dos Santos, e agora com dois economistas, Marcelo Paiva Abreu e Winston Fritsch, e um filósofo, Fernando Bastos Ávila, Hélio coordena uma nova pesquisa, a partir de uma conversa com o presidente recém empossado, José Sarney. Temos afinal o primeiro governo democrático depois de 20 anos de regime autoritário. Se as esperanças de toda a nação são grandes, as de Hélio são maiores ainda. Ele parte “da urgente necessidade, através de um Novo Pacto Social, que forme as bases de um amplo consenso nacional, de se adotar medidas e políticas que encaminhem o país, com a possível celeridade, para uma ordenação social substancialmente mais equitativa”.<sup>8</sup>

Na verdade, embora Hélio não fizesse parte do governo, seu objetivo era o de preparar um plano para o país, que, através do desenvolvimento orientado para a distribuição de renda, permitisse consolidar a democracia, reduzindo “o abissal fosso aberto entre as grandes massas e os estratos superiores da população”. Para isto o plano envolve objetivos de curto, médio e longo prazos. Entre os primeiros estava mobilizar a população; entre os de médio prazo, a elaboração pelo governo de um Plano Plurianual de Desenvolvimento Social com base no paradigma estabelecido pelo plano de Hélio e seu grupo, *Brasil, 2.000* (1986); e entre os de longo prazo, promover o crescimento do PIB a taxas anuais não inferiores a 6 por cento e aumentar dramaticamente a produção de alimentos de consumo popular.<sup>9</sup>

O plano era generoso. Mas infelizmente não considerava a profundidade da crise em o país estava mergulhado: uma crise do Estado, expressa na crise fiscal e na superação do modelo de industrialização, que se traduzia em alta inflação e baixas taxas de crescimento. Depois da crise de 1981-1983, que já era parte da crise crônica que assolaria o país os 20 anos seguintes, o crescimento decorrente da desvalorização de 1983 e dos superávites comerciais que se seguiram coincidiram com a redemocratização do país e levaram todos nós a um otimismo infundado que *Brasil, 2.000* refletia.

Através do plano, Hélio expressava a sua visão social-democrata do mundo e da política. Social-democracia que afinal se expressava, formalmente, no Brasil, através da formação do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, em 1988.

---

<sup>8</sup> - Jaguaribe et al. (1986: 9).

<sup>9</sup> - Jaguaribe et al. (1986: 19-20).

Hélio antecipa-se à fundação do partido e, em novembro de 1987, realiza um seminário patrocinado, como as pesquisas anteriores, pelo centro que dirige, o Instituto de Estudos Políticos e Sociais, com a colaboração de Márcio Moreira Alves. Na introdução do livro *A Proposta Social-Democrata*, organizado em seguida à formação do PSDB, Hélio observa muito justamente que “os movimentos e partidos dotados de alguma significação programática tendem, cada vez mais, na América Latina, a incorporar elementos social-democratas em seus projetos de governo.”<sup>10</sup> Nessa introdução, escrita no início de 1989, Hélio, novamente com o otimismo que sempre o caracterizou, previa a vitória nas eleições presidenciais do candidato social-democrata Mário Covas, o que permitiria que o projeto social-democrata tivesse “rápido início de implementação”.

Nesse mesmo ano Hélio publica um livro-síntese de seu pensamento sobre o Brasil naquele momento, *Alternativas do Brasil*, semelhante à síntese que fizera 27 anos antes com seu clássico *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político* (1962). Nesse livro ele já está menos otimista. Reconhece que “o Estado brasileiro vem acusando crescente deterioração estrutural e funcional”. Constata que “são imensas as dificuldades a ser superadas”. E por isso descreve possíveis cenários negativos – o da hiperinflação e o da ingovernabilidade, que são evitáveis desde que um conjunto de condições favoráveis ocorram e que decisões acertadas sejam tomadas. Mas reconhece que os cenários negativos contam com uma “muito mais elevada taxa de possibilidade de ocorrência”.<sup>11</sup>

Em um livro que organiza na mesma época, dando seqüência ao plano *Brasil, 2000*, e contando com uma equipe muito semelhante, Hélio está definitivamente menos otimista. Como o próprio título deixa claro, *Brasil: Reforma ou Caos* (1989), as reformas estruturais visando reformar o Estado brasileiro e a sua forma de intervenção protecionista e estatizante tornaram-se uma condição não apenas do desenvolvimento, mas a alternativa ao caos. O objetivo que o Brasil deveria almejar seria o de, na primeira década do novo século, alcançar os padrões de vida do Sul da Europa, particularmente do país menos desenvolvido nessa região, a Grécia. Mas os obstáculos que se levantavam a este projeto eram imensos. Não só era necessária uma política macroeconômica muito mais firme e moderna, que rompesse definitivamente com as práticas populistas do passado, mas também era preciso construir instituições que viabilizassem políticas sociais efetivas, compatíveis com as possibilidades fiscais do país.

## Conclusão

A partir desses trabalhos e pesquisas, que conferiam a Hélio Jaguaribe uma qualificação excepcional para intervir no processo político brasileiro, nos quadros de uma democracia que se consolidava, ele, nos anos 90, procurou dedicar-se à

<sup>10</sup> - Jaguaribe (1989b: 7).

<sup>11</sup> - Jaguaribe (1989a: 3-11, 128-145)



política partidária, no PSDB, e em 1992 assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia. Sua participação política ativa, entretanto, durou pouco. Hélio é um grande intelectual, que se impacienta com a política. É um otimista, que foi obrigado a ser pessimista pela sucessão de crises e de fracassos que o país tem vivido desde os anos 60: primeiro, um desastre político – os 20 anos do regime militar-autoritário – depois um desastre econômico: a crise econômica dos últimos 20 anos. Em todo esse período o Brasil mudou muito e Hélio sempre foi mais que um observador, um ator dessa mudança, mas um ator intelectual, antes do que um ator executivo.

Nem sempre manteve seu otimismo, mas sempre sua esperança. É impossível para um homem como ele, cheio de projetos e de idéias, não ficar frustrado diante da realidade. Essa frustração, que é clara em um outro grande intelectual de sua geração e também meu mestre, Celso Furtado, aparece em um dos seus últimos escritos: a introdução à segunda edição de *A Proposta Social-Democrata* (1998).<sup>12</sup> Mas como o pessimismo, a frustração de alguns momentos não paralisa Hélio Jaguaribe, que hoje continua mais ativo do nunca em sua atividade intelectual e em sua luta por um Brasil mais desenvolvido, mais democrático e mais justo.

## Referências

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1963) "O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira". *Revista de Administração de Empresas* 2(8) julho 1963.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1978) *O Colapso de uma Aliança de Classes*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1997) "Interpretações sobre o Brasil". In Maria Rita Loureiro, org. (1997) *50 anos de Ciência Econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (1956) "Para uma Política de Desenvolvimento Nacional". *Cadernos do Nosso Tempo*, n°.5, janeiro 1956.
- Jaguaribe, Hélio (1955) "A Sucessão Presidencial". *Cadernos do Nosso Tempo*, n°.4, abril 1955.
- Jaguaribe, Hélio (1956) "Sentido e Perspectivas do Governo Kubitschek". *Cadernos do Nosso Tempo*, n°.5, janeiro 1956 (artigo não assinado).
- Jaguaribe, Hélio (1958) *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Brasileiros - ISEB.
- Jaguaribe, Hélio (1962) *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

---

<sup>12</sup> - Jaguaribe (1998).

- Jaguaribe, Hélio (1979) “ISEB - Um Breve Depoimento e uma Reapreciação Crítica”. *Cadernos de Opinião*, n.14, outubro 1979.
- Jaguaribe, Hélio (1985) “O Experimento Democrático na História Ocidental” e “Considerações Finais”. In Hélio Jaguaribe et al. (1985).
- Jaguaribe, Hélio, Francisco Iglesias, Wanderley Guilherme dos Santos, Vamireh Chacon e Fábio Comparato (1985) *Brasil, Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Jaguaribe, Hélio, Wanderley Guilherme dos Santos, Marcelo Paiva Abreu, Winston Fritsch e Fernando Bastos de Ávila (1986) *Brasil, 2.000*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Jaguaribe, Hélio (1989a) *Alternativas do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Jaguaribe, Hélio (1989b) “Introdução à Social-Democracia”. In Hélio Jaguaribe, org. (1989)
- Jaguaribe, Hélio, org. (1989) *A Proposta Social-Democrata*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Jaguaribe, Hélio, Nelson do Valle e Silva, Marcelo de Paiva Abreu, Fernando Bastos de Ávila e Winston Fritsch (1989) *Brasil: Reforma ou Caos*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Jaguaribe, Hélio (1998) “Introdução: A Proposta Social-Democrata – Dez Anos Depois, no Mundo e no Brasil”. In Hélio Jaguaribe, org. (1998) *A Proposta Social-Democrata*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1998, segunda edição.
- Prado Jr., Caio (1966) *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Rangel, Ignácio M. (1980) “Revisitando a ‘Questão Nacional’ ”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n°.27, 1980.
- Santos, Wanderley Guilherme dos (1985) “A Pós-‘Revolução’ Brasileira”. In Hélio Jaguaribe et al. (1985).